

Ademas, según el Barómetro de junio de 2005 del Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), el 60 por ciento de los españoles afirma estar «muy o bastante de acuerdo» en que existe una relación entre delincuencia e inmigración.

En España, la delincuencia organizada es un fenómeno. Según datos de junio del 2005 del Ministerio del Interior, en España existen 209 grupos de delincuentes que movilizan a casi 6.000 personas; de ellos, sólo el 12 por ciento está formado exclusivamente por españoles. La tasa de delincuencia de los residentes extranjeros es mayor que la de los autóctonos, tanto en España como en otros países europeos. Las estadísticas judiciales reflejan también un incremento del porcentaje de extranjeros entre los condenados por delito. La percepción de la inmigración como un factor de inseguridad ciudadana puede conducir a peligrosas reacciones xenófobas.

En el mundo actual, se da un número creciente y una diversidad cada vez mayor entre las personas que se desplazan de un país a otro, y esto constituye un reto para todas las sociedades. La población envejece, y de mantenerse este ritmo demográfico actual, el futuro de Europa necesita de la inmigración: según datos de Eurostat, para garantizar el reemplazo de su población, dados los bajos índices de natalidad, Europa necesitará más de 44 millones de inmigrantes. Las restricciones que viven muchos inmigrantes en sus derechos laborales y sociales, sus menores niveles salariales y la carencia de derechos políticos, da lugar a que muchos de ellos sean *de facto* ciudadanos de segunda o tercera categoría. Lo cual abre el riesgo de evolución hacia un modelo dual de sociedad, con un doble circuito de ciudadanía, con derechos, oportunidades y niveles de vida diferenciados entre sí.

Podemos ver, que es un problema urgente y España y toda Europa deben resolver para tener el futuro de bienestar.

ПРОГРАММА FOME ZERO

A. Г. Ковальчук

Segundo os dados da Organização das Nações Unidas – ONU, a sociedade brasileira é uma das mais desiguais do mundo. Como parte desse problema, mais de 46 milhões dos brasileiros não tem segurança alimentar. Mas a fome no Brasil não existe por falta de alimentos. Falta é renda para adquiri-los de forma digna e permanente, em quantidade e qualidade adequadas. Este informe tem como alvo investigação dos preceitos básicos do programa Fome Zero (ampla estratégia social do governo Lula) a sua estrutura (ações e programas) e esferas do governo e sociedade envolvidas.

Fome Zero é um programa constituído para, num primeiro momento, enfrentar a fome de maneira emergencial e, num segundo momento, servir de

política estruturante que integre o conjunto de políticas públicas capazes de alterar desigualdades sociais no Brasil. Segundo as palavras do Presidente Lula «É preciso dar o peixe e ensinar a pescar. Ensinar a pescar é criar empregos nas regiões onde hoje existem fome e pobreza. Ensinar a pescar significa melhorar as condições de vida da população, dar ao povo uma educação de qualidade, saúde digna, salário e renda. Ensinar a pescar é fazer a reforma agrária. É incentivar a agricultura familiar. Ensinar a pescar, enfim, é fazer com que todos, absolutamente todos, possam se alimentar adequadamente, sem que para isso precisem da ajuda dos outros».

Para alcançar esse objetivo, o Fome Zero conta com três frentes, tendo sempre como foco a segurança alimentar e nutricional:

- políticas estruturais, voltadas para as causas profundas da fome e da pobreza, como a geração de empregos, a reforma agrária, o acesso à saúde e à educação;

- políticas específicas, para atender diretamente as famílias no acesso ao alimento, como a ampliação da merenda escolar, o cartão alimentação, a ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), a educação alimentar; programa Bolsa Família entre outros

- políticas sociais locais, a serem implantadas por governos estaduais, prefeituras e pela sociedade organizada de acordo com as necessidades de cada região. Entre elas estão a compra de alimentos da agricultura local para programas públicos, os bancos de alimentos, os restaurantes populares e as hortas urbanas.

Nenhuma dessas políticas aplicadas isoladamente vai obter os resultados esperados se não houver a mobilização da sociedade em torno desse propósito. Nesse sentido o Presidente da República tem convidado a sociedade a engajar-se em um Mutirão Social. O mutirão contra a fome é parte essencial do Fome Zero. Ele é um grande movimento nacional de solidariedade voltado para aqueles que sofrem a cada dia com a falta de alimentos e não podem esperar pelos resultados de mudanças profundas nas estruturas econômicas e sociais.

O Mutirão contra a Fome é composto de: **campanha de doações de alimentos**, que engloba distribuição de alimentos, com prioridade para municípios atingidos por calamidades, famílias acampadas, comunidades indígenas e quilombolas. **Campanha de doações em dinheiro**, que é financiada pelas dotações orçamentárias e doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras. E, enfim, **organização de voluntários** ou iniciativas próprias que fortaleçam o êxito do Programa Fome Zero.

E como estamos falando em combate à fome, nada melhor do que utilizar palavras relacionadas a isso. O Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome recebeu a sigla MESA. Os componentes do Mutirão são: COPO, PRATO, SAL e TALHER.

COPO (Conselho Operativo do Programa Fome Zero) é formado por representantes da sociedade civil e do poder público. Cabe a ele traçar as diretrizes da política de segurança alimentar local, credenciar as entidades e as famílias que serão beneficiadas, estabelecer parcerias com instituições, empresas privadas e voluntários.

Os **PRATOs** (Programas de Ação Todos pela Fome Zero) são os braços operativos do Fome Zero. Eles organizam coletas e doações e, coordenados pelo COPO, encaminham para as entidades que trabalham com as famílias beneficiárias.

SAL (Agente de Segurança Alimentar) acompanha as famílias e núcleos populacionais beneficiados pelo Fome Zero. É seu papel saber como o beneficiário caminha da exclusão para a inclusão social: se mês a mês tem melhorado a dieta; a higiene corporal, bucal e doméstica; se os analfabetos têm participado do curso de alfabetização; se os desempregados frequentam o curso de profissionalização

O Fome Zero não quer saciar apenas a fome de pão. Quer saciar também a fome de beleza: promover a educação cidadã dos beneficiados. Esta equipe chamada **TALHER** (Equipe de capacitação para a educação cidadã) prepara monitores que capacitam quem participa de COPOs, PRATOs ou atua como SAL. E ajuda a formar inúmeros TALHERES pelo Brasil afora.

Prioritário na agenda social do governo, o combate à fome foi colocado no topo também da agenda internacional brasileira. Em setembro de 2004, o presidente Lula, em parceria com os chefes de Estado e de Governo da França, Chile e Espanha, e com o apoio do secretário-geral da ONU, Koffi Annan, organizou, em Nova York, o Encontro de Líderes para uma Ação Contra a Fome e a Pobreza.. A discussão sobre fontes inovadoras de financiamento ganhou espaço na ONU, no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional. Além disso, há acordos de cooperação e entendimentos, firmados com países como Angola, Moçambique, Venezuela, Egito, Argentina, ente outros.

Está claro, que a concepção e método de Fome Zero podem servir de referência a outros países em situação similar, mas é necessário que sejam superadas as contradições que existam no interior deste governo. Tanto o Fome Zero como a Reforma Agrária, que são anunciadas como prioridade, se chocam com a política macroeconômica deste governo. A política atual é centrada na elevação do superávit primário e no pagamento de juros, o que implica em drástica redução de gastos com programas sociais. Se compararmos o montante gasto em juros por este governo com o orçamento do Fome Zero, este programa corre o risco de se transformar em política compensatória e assistencialista – forma como historicamente as políticas de combate à fome foram desenvolvidas no Brasil.

Mas temos que lembrar, que não existem fórmulas ou modelos únicos e mágicos e que a flexibilidade é ingrediente essencial do processo de implantação de qualquer política pública, frente à heterogeneidade e complexidade de realidade brasileira, que é única.

SPA-TURISMO IN ITALIA. BALNEOTERAPIA

T. В. Ломакина

L'impiego delle acque termali per idroterapia, nel bacino del Mediterraneo, era conosciuto fin dai tempi antichi, come evidenziato dai reperti archeologici, dalle testimonianze letterarie e scientifiche. Si tratta di cure rimaste in sostanza immutate da ventiquattro secoli e salva le tecnologie, fin dall'età dei grandi filosofi greci. Lo stesso Ippocrate incoraggiava il ricorso alle terme e, nel trattato «Uso dei liquidi», decantava le virtù delle acque minerali e delle sorgenti calde.

Col passare del tempo, l'applicazione del metodo sperimentale portò ad un approccio innovativo sull'uso terapeutico delle acque, introducendo nuove metodiche di cura.

Fortunatamente, l'evoluzione della società e la crescita delle disponibilità finanziarie in tutti gli strati sociali hanno reso disponibili per tutti i vantaggi delle cure termali, dovuti non solo alla qualità curativa delle acque, ma anche alle bellezze ed attrattive ambientali che generalmente caratterizzano le stazioni termali italiane. Il concetto di cura, intesa anche come strumento per recuperare le energie e la forma fisica, è giustamente associato al concetto di villeggiatura e di uso intelligente del tempo libero.

L'antica tradizione delle acque termali venne così attualizzata e, oggi più che mai, l'applicazione di nuove metodologie la rende uno strumento essenziale della medicina moderna.

L'efficacia del termalismo è quindi legata anche alla qualità complessiva della vita nelle stazioni termali: e' certo infatti che nelle "cure" di riposo l'ambiente ha grande importanza ed è utile un soggiorno con caratteristiche ampie, sia riguardo alle possibilità di acquisire conoscenze nuove in ambito culturale, sia riguardo al clima.

Le stazioni termali attive in Italia hanno straordinarie caratteristiche climatiche e sono inserite in un insieme di bellezze naturali, atte ad influenzare positivamente il nostro equilibrio organico e contribuire alle sensazioni di benessere fisico e psichico.

E' quindi naturale che l'Italia, per la sua tradizionale abbondanza di acque termali e minerali, unitamente alla dolcezza del clima e alla bellezza del paesaggio, sia diventata una delle destinazioni più ricercate per il «turismo della salute». Fin dallo scorso secolo, alberghi di elevato livello sono stati